

Canoas, v. 27, n. 1, 2022

 <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.8609>

“Você é a aluna nova”:
O adulto atípico na pesquisa etnográfica com crianças pequenas

“You are the new student”:
The atypical adult in the ethnographic research with young children

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos¹

Resumo: O objetivo deste artigo é problematizar questões referentes ao papel do pesquisador nas relações que estabelece ao desenvolver uma pesquisa etnográfica com crianças pequenas. A partir das análises das notas do diário de campo, buscamos discutir questões concernentes às relações entre o pesquisador e os sujeitos no contexto das pesquisas desenvolvidas, problematizando o conceito de “adulto atípico” (CORSARO, 2011) e suas interfaces com as possibilidades de aproximações com as crianças. Os dados nos permitem afirmar que, na pesquisa com crianças, é preciso assumir o papel de um adulto distinto dos adultos pertencentes ao contexto, tendo o cuidado em não assumirmos comportamentos de criança, nem adotarmos o comportamento típico dos adultos que se relacionam com as crianças no cotidiano. Portanto, se faz necessário adotar o papel específico de pesquisador, papel esse que se constrói nas relações e interações estabelecidas em constante diálogo com as crianças.

Palavras-chave: adulto atípico; papel do pesquisador; pesquisa com crianças; pesquisa etnográfica.

Abstract: The objective of this article is to problematize issues about the role of the researcher in the relation that are established when developing an ethnographic research with young children. From the analysis of the notes of the field diary, we seek to discuss issues concerning to the relations between researcher and subjects in the context of the research developed, problematizing the concept of “atypical adult” (CORSARO, 2011) and its interfaces with the possibilities of approximations with the children. The data allows us to affirm that, in the researcher with children, it is necessary to assume the role of an adult that is distinct from other adults belonging to the context, being careful not to assume child behavior, nor do we adopt the typical behavior of adults who relate to children in everyday life. Therefore, it is necessary to adopt the specific role of researcher, what is built in the relationships and interactions established in constant dialogue with children.

Keywords: atypical adult; role of the researcher; research with children; ethnographic research.

Notas introdutórias

O movimento da Sociologia da Infância tem contribuído para o processo de reconhecimento da criança como ator social, sujeito histórico-cultural, protagonista dos seus processos de socialização e a infância como construção social e cultural. Movimento este que traz implicações no processo de pesquisa com crianças, ao apontar para o uso de metodologias de pesquisa com crianças pequenas que se adequem

¹ Doutora e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe e Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe/IFS.

os objetivos da pesquisa e aos pressupostos epistemológicos adotados. Tal constatação exige do pesquisador a adoção de metodologias que tenham foco nas vozes, olhares e perspectivas das crianças como forma de compreendê-las em contextos específicos, com experiências específicas e em situações da vida real (CORSARO, 2009).

Essas reflexões nos impulsionaram a adotar a pesquisa etnográfica numa tentativa de desenvolver um trabalho de evidência e revelação das vozes infantis que permaneceram escondidas nos métodos tradicionais de pesquisa. Em consequência da opção metodológica adotada, destacamos a necessidade de nos situarmos no contexto das crianças, colocando-nos dentro dele, o que nos conferiu não apenas como parte do estudo, mas como o principal instrumento de pesquisa, tal como pontua Sarmiento (2003).

Ao adentrarmos no contexto investigativo, a partir de uma perspectiva que busca reconhecer a criança enquanto sujeito participativo, coautor do processo de investigação, novas relações passam a ser estabelecidas pelo pesquisador com seus “novos sujeitos” (FARIA; DEMARTINI; PRADO, 2005), implicando no enfrentamento de questões éticas e metodológicas fundamentais para o diálogo com as crianças (CAMPOS, 2017).

Resultado das reflexões acerca do papel do pesquisador que emergiram de pesquisas realizadas² com crianças pequenas em contextos educativos, esse trabalho busca problematizar questões referentes ao papel da pesquisadora nas relações que estabelece ao desenvolver uma pesquisa etnográfica com crianças pequenas³.

A perspectiva etnográfica na pesquisa com crianças

Nos últimos anos a pesquisa com crianças tem apresentado significativos investimentos decorrentes do movimento de mudança paradigmática na forma de ver a criança e a infância, movimento esse que se iniciou na década de 1980 com alguns sociólogos da infância. Nessa perspectiva, a contribuição das novas formas de desenvolver pesquisas científicas com crianças reside no fato de ter colocado no centro do debate o resgate da voz e ação das crianças, as quais durante muito tempo permaneceram escondidas, havendo apenas pesquisas que falavam sobre elas (SOARES, 2006).

Durante todo século XX, as pesquisas tradicionais sobre as crianças revelam um conhecimento enviesado acerca da infância a partir das principais instâncias sociais que se ocupam destas, a escola ou a família. Tais investigações pautavam-se no estudo da criança a partir de sua condição de aluna ou filha, sem ser levada em consideração por si só, o que acabava incorrendo em uma investigação centrada no desenvolvimento infantil, suas competências psicológicas, sua racionalidade e maturação (SOARES, 2006). Dados estes relatados a partir da perspectiva do adulto sobre a criança.

2 Nesse artigo, apresentamos um recorte da pesquisa de mestrado concluída em que a geração de dados foi realizada durante o ano de 2016 em uma instituição municipal de Educação Infantil com crianças de 3 anos de idade e um recorte da pesquisa de doutorado também finalizada e realizada nos anos de 2018 e 2019 em uma instituição municipal de Educação Infantil com crianças entre 3 anos e 4 anos de idade. Pesquisas realizadas com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (Protocolo CAAE nº 51979915.2.0000.5546 e CAAE nº 83005618.4.0000.5546) com consentimento das professoras e dos responsáveis pelas crianças e das próprias crianças participantes da pesquisa.

3 Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) apresentar a classificação dos grupos etários que compõem a Educação Infantil: os bebês (zero a 1 ano e 6 meses), as crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e as crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), no artigo em questão utilizaremos o termo “crianças pequenas” considerando os dois grupos de crianças participantes da pesquisa (crianças de 3 e 4 anos).

Os estudos centrados na perspectiva da Sociologia da Infância vêm focalizando as crianças como participantes e coprodutoras do trabalho de investigação. Nesse contexto, têm buscado apresentar e discutir propostas e alternativas de se fazer pesquisa que resgatem a voz da criança, seus modos de ser, de sentir, de agir, visando o estabelecimento de uma relação mais respeitosa da criança enquanto sujeito social e de direitos (FERNANDES, 2016).

Essa abordagem de ver a criança como sujeito em vez de objeto de pesquisas provocou uma mudança paradigmática na forma como o conhecimento é produzido e também como a criança é entendida em seus contextos educacionais e de vida. Na busca por metodologias de pesquisa participativa, que considerassem as crianças como coprodutoras e participantes ativas, encontramos a perspectiva interpretativa e de orientação etnográfica. Nossa escolha se justifica por esta ser uma abordagem epistemológica que propicia às crianças maior participação na produção dos dados evidenciando e valorizando saberes anteriormente negligenciados e também se assenta em questões políticas no que diz respeito aos direitos das crianças e direito de participação naquilo que lhes diga interesse.

Apesar de reconhecermos as limitações do método etnográfico, acreditamos que se trata de um dos métodos participativos mais indicados, pois possibilita colocar as crianças no centro do processo de investigação, como também permite a apreensão com mais profundidade dos fenômenos sociais, por meio das descrições densas, ricas em detalhes, contexto, sentimentos, ações e significados dos sujeitos em interação numa tentativa de traduzir, de forma mais aproximada, as experiências das crianças.

Inspirada nas premissas epistemológicas da antropologia, o campo de pesquisas educacionais apropriou-se da etnografia e de seus pressupostos e ela vem conquistando, a cada dia, mais espaços nas pesquisas educacionais e nos contextos de pesquisas com crianças. Contudo, o que se tem de fato é uma adaptação da etnografia à educação, sendo assim, os estudos são do tipo etnográfico, pois utilizam elementos e técnicas da etnografia e não etnografia no sentido estrito (ANDRÉ, 1995).

A pesquisa etnográfica, ao possibilitar uma atitude colaborativa entre adultos e crianças, revela-se como uma abordagem ativa de pesquisa que reconhece as crianças como atores sociais com competência para construir o conhecimento com os adultos investigadores acerca dos seus mundos sociais e culturais. Conforme Corsaro (2009), a etnografia possibilita uma construção de uma base de dados empírica alcançada a partir da imersão do pesquisador nas formas de vida social do grupo, buscando entender as ações e os conhecimentos culturais do contexto investigado. Um método de geração de dados que surge das relações e interações que o pesquisador estabelece com o campo de pesquisa, de modo que um dado tem muitas possibilidades de interpretação, dependendo do olhar do pesquisador em relação com as crianças.

Na etnografia, o principal instrumento de pesquisa é o próprio pesquisador (ANDRÉ, 1995; SARMENTO, 2003), sua predisposição para observar, perceber o contexto, buscar informações, investigar, analisar os dados produzidos na relação com os informantes/participantes. Tais ações estão intrinsecamente relacionadas com a condição subjetiva do pesquisador, exprimindo a não neutralidade no ato de pesquisar. Nesse sentido, Corsaro (2009) salienta a necessidade da imersão do pesquisador nas formas de vida social do grupo, a partir da observação e participação de aspectos corriqueiros da vida diária do grupo, no sentido de “[...] apreender a vida, tal qual ela é quotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação” (SARMENTO, 2003, p. 153).

A proposta reconhece a existência de vozes no campo investigativo, num esforço ético e empático de incluir a perspectiva da criança historicamente ignorada pelos adultos (MARCHI, 2018). Nesse sentido, importa

reconhecê-las como produtoras dos dados de pesquisa e estudos, implica em alguns desafios e complexidades para os pesquisadores, em especial, quando se trata de pesquisas com crianças pequenas, cabendo ao pesquisador se abrir para a escuta atenta e a observação minuciosa das suas múltiplas formas de expressão.

Levar em consideração a participação das crianças nas pesquisas, reconhecendo que elas têm muito a dizer sobre seus modos de pensar e agir, nos remete a uma mudança de postura e atitude daquele que pesquisa com crianças, tem a ver com a adoção de “estratégias de ordem prática ou operacional que implicam em questões de ordem ética no campo da investigação” (MARCHI, 2018, p. 727). O reconhecimento de um coprodutor no trabalho de investigação pressupõe novas relações sociais impondo questões éticas que deverão ser consideradas no processo investigativo (BORBA, 2005; SOARES, 2006).

Congruentes com essa perspectiva, os pesquisadores Christensen e Prout (2002) sugerem o princípio fundamental da simetria ética na pesquisa com crianças. Os autores salientam que o pesquisador deve assumir como ponto de partida uma relação ética, tal qual na pesquisa entre adultos. Nesse sentido, o pesquisador deve empregar os mesmos princípios éticos nas pesquisas com crianças e com adultos, logo, as crianças têm o mesmo direito e consideração ética em relação aos adultos.

Alderson (2005) amplia o argumento defendido ao compreender que o princípio fundamental para desenvolver uma pesquisa com criança está no respeito aos direitos humanos. A concepção de infância e criança que norteia a pesquisa deve estar articulada com as escolhas teórico-metodológicas adotadas e esta articulação deve ser resguardada em todos os procedimentos adotados no processo investigativo, assegurando que os instrumentos de geração de dados não vão ferir a integridade física ou emocional dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Questões como a utilização dos nomes das crianças, suas identidades, a exposição de suas imagens, produções, pedido de autorização para participação (crianças e familiares) devem ser levadas em consideração quando se propõe uma investigação com crianças.

Corroboramos com Ghedin e Franco (2011, p. 179) ao afirmarem que a etnografia é um “trabalho extremamente difícil, pois requer deixar de lado os preconceitos e pôr-se no lugar daqueles que se está procurando conhecer”. Esse é dos pontos centrais na pesquisa com crianças, a necessidade latente de o pesquisador superar muitos conhecimentos e valores sobre as crianças que estão incutidos em nossas mentes, pois nossa visão adultocêntrica está impregnada de certezas acerca das crianças e da infância, tornando-se emergente nos desprender do olhar adultocêntrico e enxergar a criança sem comparações com os saberes pré-existentes da nossa infância.

Nesses termos, a antropologia nos auxilia a compreender a categoria criança em uma posição de alteridade, ou seja, o ouvir e respeitar as outras vozes, como um outro a ser conhecido, descoberto (AMORIM, 2001). Para que esta relação de alteridade seja possível, é necessário olhar as crianças como seres estranhos, diferentes da criança que um dia fomos, diferente do nosso mundo e desconhecidos por nós que somos adultos. Olhar para as crianças com um sentimento de estranhamento, como nos convida Larrosa (2010) a pensar a infância como um outro, como seres estranhos, seres selvagens dos quais nada sabemos.

Nessa perspectiva, alguns autores destacam o princípio metodológico da reflexividade (SARMENTO; PINTO, 1997; CORSARO, 2009). A reflexividade é alcançada na investigação mediante o diálogo constante com o outro em idas e vindas aos processos de interpretação das experiências de campo. Nessa linha de ideias, Delgado e Muller (2008, p. 09) enunciam que a etnografia é um trabalho de construção que relaciona as experiências sociais e culturais do pesquisador-adulto em enfrentamento com as experiências dos sujeitos-crianças, “estranhas e próximas, íntimas e distantes de nós adultos”.

Essa dinâmica de estranhamento e proximidade com as crianças se constituiu como um desafio nas pesquisas desenvolvidas. Esse entendimento do outro exige uma postura vigilante do pesquisador, para que ele possa fazer os ajustes necessários no processo da observação participante e assim criar uma relação favorável e de confiança com os sujeitos da pesquisa, que além de investigados, ocupam a posição de colaboradores do processo investigativo. Além disso, ainda requer perspicácia do pesquisador para compreender os mundos das crianças, suas múltiplas linguagens para expressar suas opiniões e posições, nem sempre expressas pela oralidade, portanto é imprescindível uma postura do pesquisador comprometida e respeitosa com as crianças em todas as etapas da pesquisa.

O Adulto Atípico na relação pesquisadora-crianças: uma tentativa de aproximação com as crianças

A pesquisa etnográfica apresenta como premissa básica que o pesquisador deve tornar-se um nativo, buscando interação, envolvimento e proximidade com o contexto e com seus informantes, tornando-se semelhante aos sujeitos da investigação. Tratando-se de uma pesquisa com crianças, na condição de pesquisadora adulta, nunca me tornarei uma criança e é simplesmente inviável tornar-se “nativo”.

Essa afirmação incontestável de que jamais me tornarei uma criança traz consigo alguns dilemas a serem enfrentados pelo pesquisador. Como estar com as crianças sem deixar de ser uma adulta? Que papel assumir como pesquisadora? Eis uma das questões centrais em contextos de pesquisa de cunho etnográfico com crianças.

Em contextos de pesquisas com crianças, um dos pontos cruciais é a questão fundamental de poder. A relação hierárquica em que os adultos são tomados como aqueles que sabem mais, que têm mais experiência que as crianças e que, por isso, têm o poder de mandar e decidir alicerça nossa sociedade em todos os âmbitos, não se furtando às relações de pesquisa. As relações de poder (FOUCAULT, 2004) interferem diretamente nos processos investigativos entre adultos e crianças, tal como pontua Fernandes (2016) ao afirmar que quando os investigadores utilizam este poder adulto nas relações de investigação para atingirem determinados objetivos as relações travadas nessa investigação dificilmente serão consideradas relações éticas.

Munida dessas concepções e tendo em mente o alcance dos objetivos propostos nas investigações, busquei uma postura vigilante no que diz respeito ao exercício do poder nas relações sociais com as crianças, visando uma aproximação mais respeitosa que valoriza a criança como um sujeito social de direitos, que merece ser respeitado como qualquer outro cidadão.

Nesse processo, procurei adotar uma postura diferente de um adulto tradicional que se relaciona com as crianças no cotidiano da Educação Infantil, diferente daquele que proporciona experiências de cuidados e educação, me posicionando como um “adulto atípico” (CORSARO, 2009). Assumir esse papel é estabelecer uma relação com as crianças diferente dos outros adultos que se relacionam diariamente com elas, buscando fugir de um papel institucional que supostamente poderia me indicar como uma espécie de nova professora ou de cuidadora⁴, vigilante quanto ao uso de poder e autoridade na convivência social com as crianças. O adulto atípico, nesse contexto, é um adulto diferente, um “amigo” que é convidado para adentrar e participar das culturas de pares.

Ciente de que não bastava informar as crianças sobre o que estava fazendo ali (como desenvolvido

4 Utilizamos os termos professora e cuidadora em todo o texto, pois no contexto de pesquisa esses eram cargos dos profissionais que desempenhavam funções junto às crianças cotidianamente.

nas oficinas de assentimento⁵) para que o papel de pesquisadora fosse melhor compreendido por elas, era necessário definir tal papel através de uma convivência respeitosa com o uso de estratégias reativas, aguardando as crianças iniciarem um contato comigo, como também pela adoção de uma *participação periférica* (CORSARO, 2011) – não iniciar ou terminar um episódio interativo, não resolver disputas, não coordenar atividades, não intervir em propostas de atividades, dentre outras ações.

Assim, procurei, de modo cuidadoso, participar no universo das crianças com sensibilidade e, principalmente, com o desprendimento da visão adultocêntrica, na tentativa de me relacionar e estabelecer uma relação ética e de confiança com elas. Conforme Graue e Walsh (2003) o comportamento ético está intimamente relacionado à atitude do pesquisador, somos intrusos no contexto de vida desses sujeitos e, por isso, é preciso pedir permissão para participar, e essa permissão vai além da que nos foi dada sob formas de consentimento, indo além da permissão assinada em papel, trata-se de uma permissão construída nas relações que são travadas no cotidiano.

Ao entrar em campo, tentei mostrar para as crianças que não tinha poder para resolver problemas, evitei tomar decisões e ações em que pudesse ser reconhecida como uma professora ou uma cuidadora. Busquei não interferir em situações de conflitos, com exceção, apenas, se houvesse algum perigo para as crianças.

Assumir um papel menos adulto, ou melhor, um papel diferente de outros adultos, facilitou a construção de uma relação mais próxima com as crianças nos seus processos interativos (ADES, 2009), como mostra o seguinte trecho do diário de campo:

Estou sentada no parque alternando atividades entre escrever em meu diário de campo e observar as crianças correndo livremente. O horário do recreio termina e as crianças correm em direção à sala. Rebeca parece ter ficado sozinha no parque e não consegue levar os brinquedos de uma só vez. Pergunto se ela quer ajuda para levar os brinquedos. A menina balança a cabeça em sinal positivo à minha pergunta. Enquanto ajudo Rebeca a pegar os brinquedos, Natália (6 anos – pertencente ao agrupamento etário 5 anos) se aproxima de nós e de imediato pergunta:

Natália: Você é da sala dela?

Pesquisadora: Oi, sim (Respondo um pouco sem jeito).

Natália sorridente e meiga me diz: **Ah! Você é aluna nova!**

Eu sorri sem saber muito bem o que responder. E foi assim, no meio de uma surpresa, que me vi sendo observada inclusive por crianças de outros agrupamentos etários enquanto desenvolvia uma observação participante.

(Diário de campo, 05 de novembro de 2018).

Nesse excerto vemos como Natália, criança pertencente a um agrupamento etário que não participava da pesquisa, estava me observando. Mesmo sentando-me no banco onde os professores e cuidadores sentam no momento do recreio, percebo que a menina não me via como uma professora ou cuidadora, mas como uma “aluna nova”. No retorno para casa fiquei imaginando o porquê daquela afirmação de que eu era aluna nova. Talvez as impressões de Natália estivessem ligadas ao fato de que em diversos momentos no recreio algumas crianças se aproximam dos adultos para fazer queixas de outros colegas e em nenhum momento interferi chamando as crianças para resolverem seus conflitos ou coloquei alguém sentado no banco por alguma “transgressão” – atitudes corriqueiras dos professores e cuidadores no momento do recreio.

5 Na pesquisa de doutorado foram realizadas oficinas assentimento com as crianças com o intuito de receber o aceite formal das crianças pequenas, participantes do estudo, conforme estabelecido na Resolução 466/2012, acreditando que essa orientação dialoga com a perspectiva teórica que as reconhece como um sujeito histórico de direitos e as considera protagonistas desde bebês.

Observando-as, escutando-as com atenção, seguindo suas orientações e instruções em brincadeiras, fui construindo meu envolvimento em ações concretas com as crianças, abrindo, dessa forma, novas perspectivas para o processo de investigação. Contudo, não se encerrava aí o *status* de membro do grupo e muito menos a perfeita definição do papel de investigadora.

Minhas primeiras impressões acerca de quem eu seria na relação com as crianças foram sendo ampliadas no decorrer do convívio com elas. As crianças me chamavam de “tia” (nomenclatura ainda atribuída à muitas professoras da Educação Infantil, principalmente na região nordeste do Brasil), mas percebiam uma postura diferente dos demais adultos presentes naquele contexto, como podemos perceber nesse trecho do diário de campo:

As crianças estão lanchando. Estou sentada junto a um grupo de meninas na sala de referência.

Yanca se aproxima e pergunta:

Yanca: Tia, posso ir pro parque depois do lanche?

Pesquisadora: Tem que perguntar pra Tia S, Yanca.

Com expressões reflexivas, como quem olha e não entende muito bem o que foi dito, Yanca pergunta:

Yanca: **Você é de onde?**

Pesquisadora: Sou daqui.

Yanca: E o Tio L? (se referindo ao cuidador).

Pesquisadora: é daqui também.

(Diário de campo, 06 de novembro de 2018).

O que eu representava para o grupo de crianças nem sempre estava bem definido, como percebido na nota de campo descrita acima. A pergunta de Yanca “Você é de onde?” expressa uma incompreensão acerca do meu papel na sala de referência. As crianças percebiam que eu não era apenas mais uma adulta a controlá-las, não tomava decisões acerca do que elas iriam fazer, mas estava ali na sala, junto com a professora e o cuidador, e que eu era alguém com quem elas podiam compartilhar seus cotidianos no contexto da Educação Infantil. E mesmo aquelas que me chamavam de “tia”, percebiam uma postura diferente dos demais adultos presentes naquele contexto. Tal como se vê na nota de campo abaixo:

Sibele observa Kethely e Letícia que brincam num canto da sala. Sibele se aproxima das meninas e tenta pegar o brinquedo que Kethely está brincando. Kethely reage dando um empurrão em Sibele. Chorando, Sibele vem ao meu encontro e diz:

Sibele: Tia, Kethely me bateu, coloque ela de castigo.

Pesquisadora: Eu não posso colocá-la de castigo, Sibele. Só a Tia L, a Tia M e ...

Sou interrompida pela menina que diz:

Sibele: E Tia Z, não é?

Pesquisadora: Isso mesmo.

Sibele: Você não é tia, é uma mulher, né?

Pesquisadora: Sim.

(Diário de Campo, 26/04/2016).

Os convites aceitos para brincadeiras, o sentar no chão e ir a locais que normalmente os adultos não estão disponíveis a ir, por estarem envolvidos com as atividades propostas na rotina da escola, não brigar e nem colocar de castigo, sinalizavam que eu não era uma professora, mas alguém diferente que participava daquele grupo. Apesar da minha postura diferenciada dos demais adultos do contexto, em

algumas situações as crianças passam a me pedir coisas, como brinquedos guardados na última prateleira da estante ou brinquedos disputados em algum conflito, permissão para sair da sala, ir ao parque, dentre outras coisas. As crianças buscavam se relacionar com os poderes e saberes do meu estatuto de adulta, na interpretação de que, enquanto adulta, posso conseguir algumas coisas para elas, o que nos revela uma compreensão acerca das relações sociais entre adultos e crianças:

Ainda na sala, depois das crianças terem tomado banho, Sibele se dirige a mim e pede a chupeta, também conhecida como bico, que foi guardada pela cuidadora.

Pesquisadora: preciso perguntar para a professora se posso pegar. A menina me observa e diz:

Sibele: Quero meu bico!

Pesquisadora: Cuidadora, ela está pedindo o bico, posso pegar?

(Diário de campo, 20/04/2016).

Com o desenrolar da pesquisa as relações de confiança e amizade foram sendo construídas e fortalecidas, cada vez mais ia me sentindo acolhida pelas crianças. Algumas quando eu chegava à sala, corriam para me abraçar e me beijar, sentavam-se ao meu lado ou aconchegavam-se no meu colo, sobre as minhas pernas, colocavam as mãos sobre o meu rosto, acariciavam meus cabelos, reservavam lugar para mim ao lado delas na mesa do refeitório, nos espaços da rodinha e nos espaços de brincadeiras. Em muitas situações, fui convidada a participar de atividades, comprovando a relação de confiança e afetividade. À medida que a pesquisa ganha continuidade e que passo a estar com elas semanalmente, fui percebendo que, no decorrer das semanas, algumas crianças passaram a me chamar de amiga e não mais de “tia” como chamavam as cuidadoras e a professora. Outras insistiam em me chamar de tia, tal como se pode ver na situação relatada a seguir:

Letícia, Ruan e eu estamos sentados observando algumas crianças brincando. Em um dado momento, Ruan me pergunta:

Ruan: Qual seu nome? (...) TI diga TI-TI-A.

Pesquisadora: Meu nome é Rafaely.

Ruan: É *titia*!

Letícia: **Não é titia não!** É amiguinha!

(Diário de Campo, 02/06/2016).

Nesse posicionamento, de uma atitude não invasiva, as crianças vão agregando esse “novo amigo” (FINE; SANDSTROM, 1988; CORSARO, 2003), inserindo-o em suas ações gradativamente, construindo gradualmente uma relação social de amizade com o pesquisador, permitindo a sua participação nas atividades e introduzindo-o no grupo e, assim, o *status* de participante vai sendo estabelecido na pesquisa etnográfica com crianças. No trecho a seguir percebemos a aceitação social por parte das crianças:

Layza e eu estamos sentadas no chão da sala, quando ela resolve “catar piolhos” no meu cabelo. Layza parece procurar com muito cuidado os bichinhos, como se utilizasse um pente a procura dos piolhos. Quando de repente exclama:

Layza: Xii... Está cheio de piolhos!

Pesquisadora: Sérioo?

Layza: Está cheio (balançando a cabeça), está descendo por aqui (apontando para minhas sobrancelhas) **vamos passar remédio!**

(Diário de Campo, 07/03/2016).

O excerto acima mostra indícios de minha aceitação como participante do grupo de crianças.

Conforme observado, faz parte da rotina das crianças o processo de catar piolhos, realizado pelos adultos, especialmente nas meninas. Diariamente, a professora e cuidadoras buscam aquelas que apresentam o problema para realizarem o tratamento. O processo acontece durante o banho, as educadoras utilizam pente fino para pentear os cabelos e em seguida aplicam um xampu contra os piolhos. Na brincadeira de faz de conta, Layza expressa sua aceitação para comigo, uma vez que apresento as mesmas características do grupo de meninas, tenho piolhos, assim como as demais integrantes do grupo e, por isso, devo passar pelo mesmo procedimento que elas passam.

Outra situação de aceitação é percebida em um dos momentos da roda de conversa, na qual sou repreendida por uma das crianças. Entretanto, a repreensão me deixou feliz, pois estava sendo aceita pelo grupo de crianças, tal como se vê na seguinte nota de campo:

No momento da roda, a professora pede para as crianças fecharem os olhos para fazerem uma oração⁶, eu observo as crianças quando Guilherme olha para mim e, imperativamente, diz:

Guilherme: **Feche os olhos!**

Rapidamente, fecho meus olhos e tento acompanhar a oração com os olhos fechados como todo grupo está, conforme pediu a professora.

(Diário de Campo, 09/03/2016).

Mesmo diante dessas situações que compravam as relações e interações sociais marcadas por relações de confiança, de afetividade, de amizade entre as crianças e a pesquisadora, percebo que as crianças sabem que sou uma adulta entre elas. Uma adulta atípica, mas com o estatuto de adulto perfeitamente identificável e definido. Não há como os adultos se passarem despercebidos pelas crianças, não há como negar a existência de uma relação de poder e o tamanho físico que, inevitavelmente, interferem na relação. Corroboramos com Graue e Walsh (2003, p. 10) ao afirmarem que “nunca nos tornamos crianças, mantivemo-nos sempre como um ‘outro’ bem definido e prontamente identificável”.

Notas Conclusivas

A escolha da metodologia a ser utilizada em uma pesquisa deve levar em consideração os objetivos os quais se pretende alcançar, metodologias que condizem às finalidades da investigação, não havendo metodologias melhores ou piores. Nas investigações escolhemos a pesquisa etnográfica por conceder aos sujeitos da pesquisa maior participação na produção dos dados e se adequar aos objetivos propostos.

Ao refletir sobre os caminhos metodológicos adotados, percebemos que o percorrer da pesquisa etnográfica vai sendo construído enquanto o trilhamos. As experiências vivenciadas com essa abordagem metodológica nos mostram a importância da observação, do olhar minucioso, do posicionamento sensível, da paciência, da curiosidade e do desejo de conhecer o outro, do respeito e do envolvimento que podemos ou não estabelecer enquanto um adulto atípico.

A participação das crianças é fundamental nesse processo de construção do conhecimento e delas dependem o desenrolar da pesquisa. Daí a importância de que é preciso construir com as crianças novas formas de fazer pesquisa. Optar por metodologias de pesquisa com criança, impõe ao pesquisador o desafio de adotar metodologias que respeitem e valorizem a criança como sujeito de direitos, ator social e participativo em todo o processo de investigação.

⁶ Apesar de tratar-se de uma escola pública laica, ainda são feitas orações no cotidiano de algumas instituições de Educação Infantil e na condição de pesquisadora não poderia interferir.

Nesse sentido, o processo dialógico entre pesquisador e sujeitos da pesquisa deve ser construído ao longo da pesquisa. As formas de se incluir as crianças como coparticipantes na condução da pesquisa baseiam-se na explanação dos objetivos e dos procedimentos do estudo a serem executados pelo pesquisador e na escuta das vozes das crianças em todo o processo de investigação. É essa escuta que permite ao pesquisador ganhar a confiança das crianças e se tornar um membro do grupo, favorecendo que elas também se constituam como participantes e coautoras da pesquisa.

Mais do que um princípio metodológico, a busca do diálogo com as crianças, se constitui em um princípio ético dialógico entre pesquisador e sujeitos da investigação, levando a assegurar que as vozes e as identidades desses sujeitos serão respeitadas e evidenciadas na pesquisa (CAMPOS, 2017).

Estas implicações, decorrentes do processo de investigação com crianças, sinalizam um papel específico ao pesquisador e nos permitem extrair uma convicção: na pesquisa com crianças, é preciso assumir o papel de um adulto distinto dos adultos pertencentes ao contexto da pesquisa, tendo o cuidado em não assumirmos comportamentos de criança, nem adotarmos o comportamento típico dos adultos que se relacionam com as crianças no cotidiano. Portanto, se faz necessário adotar o papel específico de pesquisador, um adulto com comportamento atípico, destituído de poder regulatório e sensível às múltiplas linguagens das crianças. Um outro prontamente identificável que se constrói nas relações e interações estabelecidas em constante diálogo com as crianças.

Referências

- ADES, C. Um adulto atípico na cultura das crianças. In: MULLER, Fernanda; CARVALHO, Ana Maria Almeida. **Teoria e prática na pesquisa com crianças**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 127-136.
- ALDERSON, P. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa”. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, Maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 14 fev. de 2017.
- AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2001.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 14. ed. (Série Prática Pedagógica). Campinas: Papyrus, 1995.
- BRASIL, Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 21/07/2021.
- BORBA, A. M. Culturas da Infância nos espaços-tempos do brincar. 296f. **Tese**. Universidade Federal Fluminense, 2005.
- CAMPOS, R. K. do N. Reflexões acerca dos desafios éticos e metodológicos na pesquisa com crianças. XIII Educere - Formação de professores: contextos, sentidos e práticas, 2017, Curitiba. **Anais do XIII Educere - Formação de professores: contextos, sentidos e práticas**. Curitiba: EDUCERE, 2017, p. 22163-22174, ISSN 2176-1396.
- CORSARO, W. A. **We're friends right?: inside kids' culture**. Washington, DC: Joseph Henry Press, 2003.
- CORSARO, W. A. Métodos Etnográficos no estudo da cultura de pares e das transições iniciais na vida das crianças. In: MÜLLER, F.; CARVALHO, A. M. A. (Orgs.). **Teoria e prática na pesquisa com crianças: diálogos com William Corsaro**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 83-103.
- CORSARO, W. A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

- DELGADO, A. C. C.; MULLER, F. Abordagens etnográficas nas pesquisas com crianças. In: CRUZ, S. H. V. (Org.). **A Criança Fala: a escuta de crianças em pesquisas**. São Paulo: Cortez, 2008.
- CHRISTENSEN, P.; PROUT, A. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002.
- FARIA, A. L. G. de.; DEMARTINI, Z. de B. F.; PRADO, P. D. **Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- FERNANDES, N. Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, jul.-set. 2016, p. 759-779.
- FERREIRA, M. M. M. Do ‘Averso’ do Brincar ou...as Relações entre Pares, as Rotinas da Cultura Infantil... IN: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. C. **Crianças e Miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Edições Asa, 2004, p. 55-98.
- FINE, G. A., SANDSTROM, K. L. **Knowing children: participant observation with minors**. London: sage, 1988.
- FOUCAULT, M. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. v. 5. p. 265-287.
- GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. A Etnografia como paradigma de construção do processo de conhecimento em educação. In: GHEDIN, E.; FRANCO, M. A. S. **Questões de métodos na construção da pesquisa em educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção docência em formação. Série Saberes Pedagógicos), p. 177-208.
- GRAUE, E.; WALSH, D. **Investigação Etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- GUIMARÃES, D. Educação Infantil: espaços e experiências. In: CORSINO, P. (Org.). **Educação Infantil: cotidiano e políticas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- LARROSA, J. O enigma da infância. In.: **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010, p. 183-198.
- MARCHI, R. de C. Pesquisa Etnográfica com Crianças: participação, voz e ética. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 727-746, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/edreal/a/R4STDdtdDZ7dJqLvj3x9V4y/?lang=pt#>>. Acesso em: 11 de jan. 2022.
- SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**, 2003. Disponível na Internet: <<http://www.iec.minho.pt/cedic/textosdetrabalho>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.
- SARMENTO, M. J.; PINTO, M. As crianças e a infância: Definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, M.; SARMENTO, M. J. (Coords.). **As crianças: Contextos e identidades**. Braga: Centro de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 1997, p. 9-30.
- SOARES, N. F. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem fronteira**, v. 6, n. 1, p. 25-40, jun/jul, 2006.